

ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES POR MEIO DA INFORMAÇÃO: o olhar dos/as estudantes de biblioteconomia¹

Facing violence against women
through information: the
perspectives of library science
students

Laizlla Cristie da Silva Ferreira

Graduada em Biblioteconomia - UFPB.
laizllacristie@gmail.com

Gisele Rocha Cortes

Professora do Departamento de Ciência da Informação
da Universidade Federal da Paraíba.
giselerochacortes@gmail.com

RESUMO: A violência contra as mulheres ocorre com diferentes nuances em distintas culturas, religiões, idades, caracterização étnico/racial, classes sociais e graus de escolaridade. Configura-se como uma violação dos direitos humanos e provoca diversos prejuízos à saúde física e psicológica, atingindo negativamente o desenvolvimento social das mulheres. O artigo apresenta a ótica dos/as alunos/as do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba em torno da violência contra mulheres. Metodologicamente, a pesquisa tem natureza quantitativa e qualitativa de tipo descritiva. Constata-se a necessidade de se abordar discussões a respeito das relações de gênero e da violência contra as mulheres como categorias analíticas no curso de graduação para que os/as estudantes se apropriem de conhecimentos e possam atuar como mediadores/as da informação no enfrentamento e na prevenção da violência contra as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteconomia. Violência contra mulheres. Acesso e uso da Informação. Relações de Gênero. Mediação da Informação.

ABSTRACT: Violence against women happen with different nuances, in distinct cultures, religions, ages, ethnical/racial groups, social classes and education degrees. It is a violation of human rights and it provokes several damages to physical and psychological health, impacting, in a negative way, the social development of women. The paper presents the perspectives of students of the Library Science graduation course at the Universidade Federal da Paraíba (Federal University of

¹ A pesquisa foi realizada no âmbito do Projeto Informação e Violência contra as Mulheres.

Paraíba) on violence against women. Methodologically, the research has a quantitative and qualitative nature of descriptive type. It shows that there is a need to discuss gender relations and violence against women as analytical categories in the graduation course so that students can develop knowledge in order to act as information mediators in facing and preventing violence against women.

KEYWORDS: Library Science. Violence against women. Information access and use. Gender relations. Information mediation.

1 Introdução

A profissão de bibliotecário/a, ao longo dos anos, vem passando por mudanças que afetam a sociedade contemporânea. As transformações estão, em especial, associadas às inovações presentes no nosso cotidiano, decorrentes do desenvolvimento tecnológico, da globalização e das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC).

Dentro desse contexto, é necessário que o/a bibliotecário/a esteja conectado/a às inovações, aprimorando suas práticas para, por um lado, melhor satisfazer as necessidades informacionais de grupos e indivíduos e, por outro, para sua atuação no contexto social, contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

Além dos conhecimentos técnicos, essenciais no fazer bibliotecário, é necessário que o/a profissional da informação – bibliotecário/a, arquivista – desenvolva competências para atuar junto à sociedade, na construção do conhecimento e no processo social e educativo, considerando que a informação é um locus de saber e poder (FOUCAULT, 1999).

Nas trilhas de Capurro e Hjørland (2007, p. 183), também “acreditamos que o foco dos profissionais da informação [...] implica uma abordagem sociológica e epistemológica para a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação.”

Nesta perspectiva, o presente artigo aborda, sob o prisma informacional, a violência contra mulheres. Esta problemática social, que afeta milhares de mulheres cotidianamente, será tratada a partir da ótica dos/as alunos/as do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O fenômeno tem sido reconhecido por organismos nacionais e internacionais como uma violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública, tendo em vista as repercussões à saúde mental, física e reprodutiva das mulheres. No século

XXI, mulheres são assassinadas por serem mulheres e ainda são disseminados e legitimados argumentos para justificar violências e assassinatos. Conforme dizem Bandeira e Almeida (2012), práticas e pensamentos sociais, em distintos espaços, ainda se mostram contrários à aceitação e à efetivação de novas relações sociais entre homens e mulheres.

Muitos desafios persistem para a erradicação desta violência. A insuficiência, a imprecisão e a falta de consistência na informação disponível encobrem a visibilidade e o dimensionamento da problemática, dificultando a realização de pesquisas e a efetivação de políticas públicas eficazes para assegurar a vida das mulheres (CÔRTEZ; ALVES, SILVA, 2015; CAMPOS; ALMEIDA, 2017).

Considerando a informação como fonte de saber e poder, o/a bibliotecário/a, pode contribuir no enfrentamento da violência contra mulheres por meio da produção, organização, acesso e disseminação de conteúdos informacionais que promovam a subversão das desigualdades de gênero. As práticas com vistas à intervenção e à transformação social constroem modos de compartilhar as informações e de ampliar as cosmovisões dos indivíduos, ocasionando novas formas de compreensão, produção e uso dos conhecimentos (MARTELETO, 2009).

Levando em consideração esses apontamentos, entendemos que pautar as relações de gênero no campo da Ciência da Informação, e no caso específico, da Biblioteconomia, contribui para gerar novas formas de compreensão e uso de conhecimentos que podem colaborar para coibir a violência. Embora incipientes, estudos que têm como foco a informação na perspectiva de gênero vêm sendo realizados no campo da CI (BRUFFEN, NASCIMENTO, 2012; MARTELETO, 2009; CRIPPA, 2014; DUMOND; ESPIRITO SANTO, 2007; FERREIRA, 2002; OLINTO, 1997, 2011). Poucas são, porém, as produções referentes à violência contra mulheres. Trata-se, assim, de campo de estudo inovador na área.

Em um levantamento feito na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), que atualmente disponibiliza em sua base 8303 textos publicados em 37 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de CI, localizamos apenas quatro trabalhos que abordam a temática violência contra mulheres².

Neste sentido, desenvolvemos a presente pesquisa por considerarmos a informação como uma ferramenta primordial para a mudança de mentalidades. Tal

² Para recuperar a informação, fizemos uma busca por todos os campos de pesquisa (título, palavras-chave, resumo e autor/a) na Brapci e usamos o termo: violência contra mulheres.

mudança começa na melhoria do acesso das mulheres aos órgãos de atendimento e, conseqüentemente, no apoio para superar o medo, a banalização e o preconceito que permeiam a situação de violência.

Problematizar a violência contra as mulheres e as relações de gênero na Ciência da Informação, por meio da ótica dos/as alunos/ (as de Biblioteconomia, é ainda mais relevante se considerarmos o expressivo número de mulheres que atuam no campo campos de saber.

2 Violência contra as mulheres e relações de gênero

A violência contra as mulheres ocorre com diferentes nuances em distintas culturas, religiões, idades, caracterização étnico/racial, classes sociais e graus de escolaridade. Configura-se como uma violação dos direitos humanos e provoca diversos prejuízos à saúde física e psicológica, atingindo negativamente o desenvolvimento social das mulheres.

Violência, em seu sentido amplo, significa usar a força física e/ou psicológica para sujeitar outra pessoa a realizar algo contra a sua própria vontade; é coagir, forçar, impedir o ser humano de expressar seus desejos e vontades (TELES; MELO, 2003).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará³ - entende por violência contra a mulher “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (10 ANOS..., 2004).

A agressão perpetrada por parceiro íntimo é o fator mais comum de violência contra mulheres no mundo inteiro, conforme estudo realizado em 2013 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O órgão revela que as mulheres vítimas de agressões, por parte de maridos, namorados e ex-parceiros, apresentam problemas de saúde, tais como: lesões físicas, complicações na gestação e doenças mentais, como a depressão (ORGANIZAÇÃO..., 2013).

No Brasil, o Mapa da Violência, publicado em 2015, situou o país na quinta posição em incidência de homicídios de mulheres, num ranking mundial de 83 países⁴. O número de assassinato contra mulheres cresceu (260%) em dez anos.

³ Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral. Disponível em:<<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>.

⁴ El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa lideram o triste ranking do mapa citado.

O estudo investigou dados de violência entre os anos de 2003 e 2013 e constatou que o número pulou de 35 homicídios em 2003 para 126 em 2013 (WAISELFIZ, 2015). É imprescindível destacar que o racismo e o sexismo potencializam as desigualdades de gênero e a violência contra as mulheres no Brasil. Os indicadores sociais evidenciam que as mulheres negras são as maiores vítimas de homicídios (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017; WAISELFIZ, 2015). “O número de homicídios de brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013, o que representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período. Já os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas.” (WAISELFIZ, 2015, p. 30).

Estudos com a perspectiva da interseção dos marcadores sociais de diferença, baseadas em gênero, raça/etnia, classe social, dentre outros, compõem um vasto campo de reflexões. Eles são fundamentais para a compreensão e a subversão do racismo e das desigualdades básicas que estruturam as posições referentes às mulheres negras, no âmbito público e privado (CRENSHAW, 2002, p. 177).

O silêncio em relação à situação de desigualdade das mulheres e à violência doméstica foi rompido com o protagonismo do movimento feminista, no final da década de 1970 (TELES, 2003). As organizações feministas adotaram as mobilizações sociais, denúncias, produção de conhecimentos, incidência política e a interlocução junto a setores e sujeitos estratégicos, como estratégias para visibilizar a violência. Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo trás para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. O movimento ressignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico (COSTA, 2005, p. 1)

Nas últimas décadas, as transformações econômicas, políticas e sociais, a produção de estudos e pesquisas na academia, e, em especial, as práticas políticas dos movimentos feministas e de mulheres têm colocado de forma mais incisiva a violência doméstica na cena pública no país. De fato, o reconhecimento desses discursos repercutiu na implantação de serviços específicos para o atendimento às mulheres em situação de violência, tais como: Delegacias Especializadas de

5 Segundo o Instituto Patrícia Galvão, atualmente existem 500 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 160 núcleos especializados no âmbito de distritos policiais comuns, 22 centros de referência especializados, 72 casas abrigo, 92 juizados-varas especializadas em violência doméstica, 59 núcleos especializados na Defensoria Pública e 9 núcleos especializados do Ministério Público. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dados-e-pesquisas-violencia/dados-e-fatos-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>

Atendimento à Mulher, Centros de Referência, Casas Abrigo e a criação de legislação específica, a exemplo da Lei nº 11.340 - Lei Maria da Penha⁵. Entretanto, no que se refere aos órgãos públicos disponíveis para o atendimento às mulheres em âmbito nacional, muitos são os desafios para a estruturação de serviços de forma a atender as necessidades das mulheres em situação de violência no país.

As reflexões a respeito das violações à integridade física, moral e/ou psicológica das mulheres, em nossa perspectiva, necessitam ser embasadas na reflexão sobre as relações de gênero, de forma a reconhecer as profundas relações de poder entre homens e mulheres. Desigualdades, historicamente construídas, fomentam a exclusão e a discriminação das mulheres no mercado de trabalho, na participação política, na divisão do trabalho doméstico, na participação desigual das mulheres na área científica e tecnológica (IBGE 2015; LETA, 2014; OLINTO, 2011.)

Isto posto, frisa-se que esquemas dominantes de gênero referentes a certas classificações e compreensões de violência, principalmente quando se trata de mulheres casadas ou em uniões estáveis, levam ao não reconhecimento da violência produzida na intimidade. Conseqüentemente, eles contribuem para aprovação/naturalização dos atos abusivos cometidos pelos homens na posição de senhores e donos de suas mulheres (BANDEIRA; ALMEIDA, 2006).

Essas disposições, aliadas à dependência emocional e/ou financeira das mulheres, ao impacto do medo, às constantes ameaças, à deficiência do sistema judicial na aplicação efetiva da legislação e à falta de informação sobre a existência de órgãos de atendimento, são fatores que dificultam o rompimento com a escalada da violência. Na atualidade, não é incomum ouvirmos ditados populares e discursos inibidores da autonomia das mulheres, tais como: “ruim com ele, pior sem ele” e “só um tapinha não dói”’. Assim, a preservação da instituição familiar se sobrepõe à integridade física e emocional das mulheres.

Os esquemas interpretativos próprios da lógica das relações hegemônicas de gênero integram e organizam a sociedade, as sociabilidades e os afetos, propagando a ideia que a violência é uma manifestação da virilidade masculina e da posição de superioridade de homens frente às mulheres, como fato imutável originado na natureza. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2006)

Sabemos que, em uma sociedade tecnológica como a nossa, mesmo que a ideia de “natureza” como algo abstrato e imutável tenha perdido sua

força como dado existente que determinava o que cada um podia (ou não podia) fazer, como instituidora de espaços e modos de ser ou agir, ou melhor, responsável pela plena realização das qualidades a priori de cada ser, o aspecto biológico não deixou de ser determinante nas condições de gênero construindo mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos. O corpo ainda é invocado como uma determinação natural: os homens, por seu porte físico, são tidos como fortes e as mulheres, como fracas e, portanto, os primeiros seriam autores da violência e as outras passíveis a ela, tudo sacramentado pela idéia de uma natureza inata '[...]' (ALCANTARA, RODRIGUES, VANIN, 2011, p. 8)

A categoria histórica e de análise “relações de gênero” desconstrói uma concepção substancialista que transforma em natureza um produto arbitrário da história” (SAFFIOTI, 1999, p. 165). Foi introduzida por feministas inglesas e americanas na década de 1970, explicitando que as diferenças entre os sexos são construídas socialmente e possuem caráter relacional, ou seja, as imagens de mulheres e homens são definidas em termos recíprocos e não podem ser entendidas separadamente. Essa categoria surgiu como um novo modo de reflexão sobre a organização social, com a orientação analítica metodológica de que “[...] o próprio sexo não se inscreve puramente no terreno biológico, mas sofre elaboração social, que não se pode negligenciar sob pena de naturalizar processos de caráter histórico” (SAFFIOTI, 1992, p. 183).

No Brasil, esse conceito se desenvolve por meio do diálogo entre a academia e o movimento social, em meados dos anos 1980, tendo sido introduzido nas Ciências Sociais acadêmicas feministas nas problematizações sobre a situação de desigualdade das mulheres (SCAVONE, 2010). O texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott (1990), historiadora e feminista norteamericana, foi expoente nos estudos brasileiros e internacionais sobre o conceito. A autora apresenta como ponto central duas premissas: o gênero é um componente constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de fornecer significado às relações de poder (SCOTT, 1990, p. 14). Por mais que a diferenciação de gêneros pareça natural, ela não o é: sofre o efeito de valores, práticas e discursos, disseminados nos meios de comunicação, nas doutrinas religiosas, nos currículos, nas práticas pedagógicas, nas redes sociais, dentre outros. Historicamente, o processo de construção de gênero tem estruturado relações sociais de poder profundamente desiguais, dinamizando ideologias excludentes e

⁶ O feminicídio representa a última etapa de violência que leva à morte. Precedido por outros eventos, como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina. Trata-se, portanto, de parte de um sistema de dominação patriarcal e misógino, que mata mulheres por razões da condição de sexo feminino: LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. Acesso à Lei do Feminicídio, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>.

práticas discriminatórias, a exemplo das cruéis situações de violência e feminicídios⁶ noticiados pelos meios de comunicação cotidianamente.

Neste sentido, a informação assume papel central na disputa de representações das relações de gênero. Por meio da informação é possível problematizar as performáticas regras de gênero, incessantemente repetidas para simular a ideia de naturalidade nas relações de poder (BUTLER, 2003). Por meio da sua atuação, profissionais da informação podem contribuir para a produção, acesso e compartilhamento de representações pautadas na equidade de gênero.

3 Informação e empoderamento das mulheres

A Ciência da Informação (CI) surge no contexto da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, em um contexto de intensas transformações sociais. O crescente volume informacional, a presença das inovadoras tecnologias de comunicação e informação e o reconhecimento social do poder da informação e do conhecimento na vida social configuraram-se como eventos marcantes para sua gênese, no século XX (FREIRE; FREIRE, 2015). A natureza interdisciplinar, a associação da CI com a tecnologia e a significativa dimensão social e humana da área constituíram os pilares para sua existência e evolução, segundo Saracevic (1996).

Em sua formulação teórica, o autor enuncia que “os problemas básicos de se compreender a informação e a comunicação [...] incluindo as tentativas de ajustes tecnológicos, não podem ser resolvidos no âmbito de uma única disciplina [...]” (SARACEVIC, 1996, p. 48). Desta sorte, a Ciência da Informação, objetivando produzir e tornar acessível o conhecimento, assim como compreender e solucionar problemáticas informacionais, esteve e está envolta com a interdisciplinaridade.

A utilização de aportes teóricos de outros campos do conhecimento - Filosofia, Ciência da Computação, Linguística, Sociologia, dentre outros - e a multiplicidade de áreas que se debruçaram sobre o fenômeno informacional potencializaram a integração com distintos campos de conhecimento, e assim, o compartilhamento de fazeres e saberes.

A Ciência da Informação, que nasceu no seio de uma sociedade multifacetada e complexa, é um campo constituído por múltiplas inserções que fazem interfaces com outros campos e áreas do conhecimento; esses, por sua vez, são também perpassados por multiplicidade de fenômenos (SILVA, 2008, p. 8).

A fim de nos posicionarmos sobre o conceito de informação, frisamos que o mesmo apresenta diferentes nuances, tendo em vista o contexto histórico social e as abordagens teórico-metodológicas das pesquisas desenvolvidas no campo da Ciência da Informação. Partilhamos do entendimento da informação como instrumento capaz de gerar modificações nas estruturas cognitivas de indivíduos e de seu grupo social, conforme Barreto (1999) e Marteleto (2004).

Esta visão é importante para formar a idéia da informação como um elemento dinâmico e não estático, onde o sujeito lhe confere sentido por meio de sua incorporação às suas estruturas estruturadas e estruturantes, alterando-as constantemente. Assim, a informação é elemento estruturante que produz sentido atrelado às possibilidades de mudança da linguagem, da narrativa e da comunicação, não se esgotando na relação lingüística de seus interlocutores (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, não paginado).

Sendo capaz de produzir ou informar novas representações e contextos de significado, as práticas informacionais podem ressignificar e subverter padrões hegemônicos de gênero. O contato de mulheres e homens com referências analíticas pautadas na equidade de gênero, mediado por profissionais da informação, fornecerá subsídios para a reelaboração, reconhecimento e desestabilização das categorias de gênero que sustentam a hierarquia dos gêneros.

A informação possui o poder de interferir no processo de ressignificação de estruturas interiorizadas e na ampliação dos direitos sociais. Segundo Araújo (1992), a informação figura como categoria importante para o aprendizado da cidadania. As práticas informacionais podem ter uma ação transformadora na vida dos agentes sociais e na produção de novos conhecimentos, visto que tanto a informação quanto o conhecimento podem transformar relações de poder, as quais subordinam e discriminam mulheres, negros/as, homossexuais, pessoas com deficiências, entre outros.

Conforme aponta Targino (1991, p. 155),

A informação é, portanto, direito de todos. É um bem comum, que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação, dignidade pessoal. Não há exercício de cidadania sem informação. Isto porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles, civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los e isto é informação.

O/a profissional da informação – arquivistas e bibliotecários/as - tem, portanto, uma grande responsabilidade ao atuar na organização e no tratamento da informação para atender aos interesses de usuários/as nos ambientes informacionais.

Por meio da mediação da informação, cabe ao/à profissional bibliotecário/a, foco desta pesquisa, atuar nas atividades de preparação até o armazenamento da informação, considerando os aspectos históricos, sociais, culturais e humanos (COSTA; ALMEIDA JUNIOR, 2012, p. 64). É importante frisar que compreendemos a mediação como um processo dinâmico, dialético, tendo como alicerce o conceito de Almeida Júnior:

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação da informação que satisfaça, plena ou parcialmente uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 46).

Considerando o processo dialético da mediação, concebemos que, ao se apropriar da informação, os indivíduos (re)constroem significados, conhecimentos e visões sobre os fenômenos sociais. Nesta dinâmica, há modificações no conhecimento pré-existente e a utilização dos novos estoques mentais para a tomada de decisão. A ação de interferência direta ou indireta não é neutra, a mediação constrói sentidos e interpretações da realidade. (ALMEIDA, 2008; COSTA; ALMEIDA JUNIOR, 2012). As dimensões socioculturais de gênero, raça/etnia, orientação sexual, classe social e idade devem ser reconhecidas na circulação e na disseminação do conhecimento, propiciando espaços para atender às demandas informacionais, implícitas e reprimidas, de indivíduos em situação de vulnerabilidade, a exemplo das mulheres em situação de violência.

Assim, é importante refletir sobre a ação de bibliotecários/as no que concerne a temática da violência contra as mulheres. Bibliotecários/as, como agentes mediadores/as da informação, podem fomentar práticas informacionais nas bibliotecas e demais ambientes organizacionais, como por exemplo utilizar ferramentas tecnológicas para disseminar acervo referente à igualdade de gênero, divulgar produções literárias, teóricas e artísticas desenvolvidas por mulheres, criar ações culturais. Problematizar conteúdos informacionais, baseados em ideologias binárias e estáveis que consolidam relações de poder entre mulheres e homens, é indispensável para cidadãos/ãs e profissionais comprometidos/as com a superação das relações de desigualdades, de discriminação e de exclusão.

4 Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida no Curso de Graduação em Biblioteconomia,

que pertence ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), localizado no campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituído no dia 06 de janeiro de 1969, associado ao Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH), pela resolução nº 01/69, de 06 de janeiro de 1969, do Conselho Superior de Ensino (CONSEPE)⁷.

Participaram da pesquisa estudantes que estavam cursando o 8º, 9º e 10º períodos do curso de Biblioteconomia/UFPB, 11, 15, 11 alunos/as, respectivamente, totalizando uma amostra de 37 alunos/as participantes, em um universo de 98 alunas/os matriculados/as nos períodos 2011.2, 2011.1 e 2010.2. O estudo apresenta abordagem quantitativa e qualitativa. As informações foram coletadas por meio de um questionário semiestruturado, composto de perguntas abertas e fechadas, aplicados em sala de aula, durante o intervalo das aulas. Por meio da análise do questionário, obteve-se o diagnóstico que permitiu descrever os indicadores e as tendências observáveis no perfil dos/as alunos/as de Biblioteconomia (MINAYO; SANCHES, 1993) e sua visão a respeito da violência contra as mulheres.

A análise dos dados foi dinamizada pela estatística descritiva. Os estudos descritivos buscam apresentar as características, as experiências, as relações existentes nas comunidades, grupos ou uma realidade a ser pesquisada (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Posteriormente, a análise das questões abertas, contendo a ótica dos/as interlocutores/as, foi desenvolvida por meio da análise de conteúdo de Bardin:

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos, ou não). (BARDIN, 1977, p. 38).

A análise de conteúdo envolve técnicas de pesquisa que facilitam, de forma sistemática, a descrição e a interpretação do conteúdo em diversos suportes. Essa análise conduz a descrições, qualitativas ou quantitativas, permitindo, por meio da categorização, descrição e interpretação, atingir a compreensão dos significados das mensagens (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

5 Resultados e discussões preliminares

Para fins desta pesquisa, será apresentado o resultado do perfil de alunos/as

⁷ Pesquisa disponível em:<file:///C:/Users/PC%202/Downloads/1508-1521-1-PB.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2017.

do curso de Biblioteconomia, no que concerne às seguintes variáveis: faixa etária, sexo e renda individual. Posteriormente, serão abordadas as questões de ordem qualitativa, com foco na dinâmica da situação de violência e sua interface com a Biblioteconomia.

De acordo com o gráfico 1, a amostra é composta, em sua maioria, 68%, por integrantes do sexo feminino, corroborando a tradicional predominância de mulheres nos cursos de Biblioteconomia⁸.

Gráfico 1: Sexo dos/as alunos/as de Biblioteconomia



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Estudiosas têm buscado compreender a presença majoritária de mulheres no exercício da Biblioteconomia. Ao discorrer a respeito do processo de profissionalização das mulheres, no século XIX, Martucci (1996) enuncia que importantes conquistas foram dinamizadas, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, ainda que com salários mais baixos que os dos homens e o reconhecimento parcial de suas capacidades como força de trabalho. No tocante à Biblioteconomia, os requisitos para o exercício da profissão baseavam-se no cuidado, no zelo, na organização, na preservação e na afabilidade no trato social. Espírito sistemático, organizativo, missionário e maternal eram as qualidades que a sociedade esperava encontrar nas mulheres. Nesta direção, a autora lança uma reflexão que relaciona as características consideradas adequadas ao/à profissional bibliotecário/a com os estereótipos alocados às mulheres. A imagem hegemônica das mulheres, no período, vinculava-se a:

um ser puro, dedicado, submisso, passivo, leal, obediente, conservador, com respeito à autoridade e hierarquia, de grandes qualidades morais, educadora primeira na sociedade; esta imagem proporciona seu ingresso em profissões até hoje reputadas como femininas, em virtude de serem consideradas pela ideologia patriarcal como extensões extra-domésticas das funções domésticas, surgidas pelo desenvolvimento dos

⁸ 8º Período: 9 mulheres / 2 homens; 9º Período: 9 mulheres / 6 homens; 10º Período: 7 mulheres / 4 homens.

serviços públicos do Estado assistencial, como é o caso da professora e da bibliotecária (MARTUCCI, 1996, p. 239).

Ferreira (2003, 2011, 2014), em estudos realizados sobre mulheres, gênero e Biblioteconomia, aponta que mesmo com a ação política dos movimentos feministas, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e nas profissões consideradas femininas são marcadas por preconceitos e discriminações, a exemplo da Biblioteconomia. A entrada das mulheres nos cursos de Biblioteconomia, no Brasil, se deu no final da década de 1920. A institucionalização do curso coincidiu com a inserção das mulheres que o procuravam, visto a facilidade de entrada e o fato da maioria dos cursos ser oferecida no período matutino, considerado adequado para as “moças de boa família”. Segundo a autora, a Biblioteconomia, em todos os estados brasileiros, ainda se configura como campo de trabalho ocupado em sua maioria por mulheres. Desta forma, é envolta por complexas relações de poder, tais como: pouco reconhecimento social da profissão, baixos salários e imagem estereotipada de bibliotecários/as (OLINTO, 2006; FERREIRA, 2011).

A autora explicita dois aspectos que merecem maior investigação, a saber: a) há uma tendência dos cargos de chefia ficarem sob responsabilidade dos homens, mesmo com majoritária presença de mulheres no corpo funcional das bibliotecas⁹; b) persiste o predomínio das mulheres nos cursos de Biblioteconomia no Brasil, todavia a partir da década de 1980 tem havido um aumento significativo da presença dos homens¹⁰.

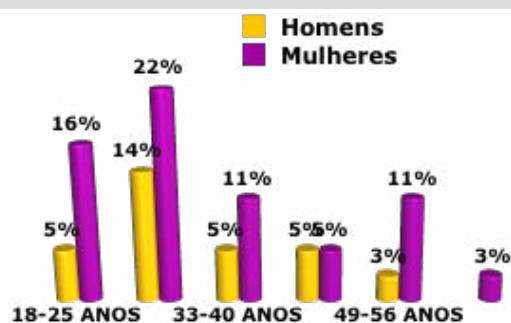
Essas questões reforçam a necessidade de análises pautadas no marcador de gênero no campo da Biblioteconomia para divulgar informações referentes ao assunto, enfrentar as desvantagens das mulheres no mercado de trabalho e ampliar a compreensão dos aspectos socioculturais que impactam o campo no âmbito profissional e acadêmico.

No que concerne à faixa etária, mais da metade dos/as estudantes (57%) tem entre 18 e 32 anos de idade; 16% entre 33 e 40 anos; 10% de 41 a 48 anos; 14% de 49 a 56 anos e 3% não informaram a idade.

⁹ As categorias com 0% não foram incluídas nos gráficos, por isso, algumas variáveis possuem somente uma coluna.

¹⁰ Sousa (2014) também observou tal fenômeno em sua pesquisa. O aumento do contingente masculino nos cursos de Biblioteconomia foi evidenciado nos trabalhos de Cunha (2012); Silveira e Gonçalves (2010) e Sousa (2014). Tais estudos associam a maior presença masculina com o horário noturno dos cursos, a revolução tecnológica das bibliotecas, a utilização das tecnologias de comunicação e informação e o maior reconhecimento da profissão.

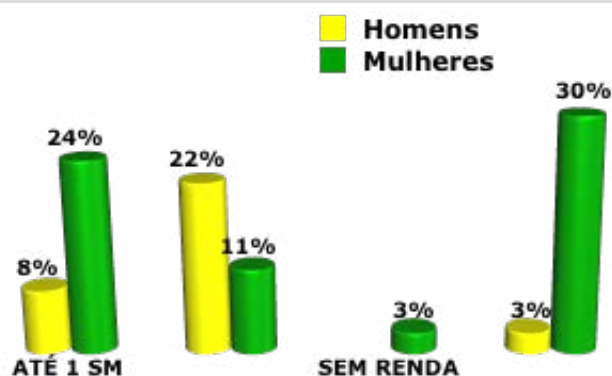
Gráfico 2: Faixa Etária das/os alunas/os de Biblioteconomia



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

No que diz respeito à renda individual dos/as alunos/as, verificou-se que na faixa com menor poder aquisitivo há grande concentração de mulheres. Quando a renda aumenta, mais de um a dois salários mínimos, observa-se o inverso. Outra evidência de desigualdade pode ser observada no expressivo índice de mulheres que não informou a renda. Tal fato enseja alguns pressupostos: as mulheres encontram dificuldades para quantificar a renda, em decorrência da inserção em trabalhos informais e/ou da dependência econômica. Aspectos variados podem embasar a opção por se abster de fornecer a informação. Destarte, trata-se de fenômeno que corrobora a situação de precariedade das mulheres no mercado de trabalho.

Gráfico 3: Renda Individual dos/as alunos/as de Biblioteconomia



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

O gráfico 3, confirma as desigualdades existentes em relação aos salários recebidos por homens e mulheres, explicitados em diversos estudos no país, como os dados do IBGE (2013). Os índices evidenciam que as mulheres constituem 43,8% de todos os trabalhadores brasileiros, entretanto, sua participação diminui

conforme aumenta o nível salarial. As brasileiras ganham, em média, 76% menos do que ganham os homens. Um estudo do Fórum Econômico Mundial estima que a igualdade salarial tão desejada pelas mulheres só vai ser atingida em 2095 (MULHERES..., 2015).

No que tange à violência contra as mulheres, quando buscamos a tipificação dos/as participantes a respeito da violência, a maioria associou, espontaneamente, as manifestações de violência física, psicológica, moral e patrimonial¹¹, conforme pode ser visualizado no gráfico 4.

Gráfico 4: Tipificação de violência contra mulheres



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Tal fato evidenciou a postura de não reduzir a violência contra mulheres às agressões físicas. Os/as futuros/as bibliotecários/as, com destaque para as mulheres, citaram a violência psicológica e moral, mesmo quando tais expressões apresentam maiores obstáculos para serem reconhecidas e repudiadas socialmente, visto sua naturalização e banalização (SILVA; COELHO; CAPINI, 2007).

Um estudo do Instituto DataPopular (2015), com amostra de 1500 pessoas entrevistadas em 50 municípios, nas cinco regiões do Brasil urbano, composta por dois terços de respondentes do sexo masculino, mostra que:

Em relação à violência moral e psicológica, do total, 956 homens admitiram ter xingado (53%), ameaçado com palavras (9%), humilhado em público (5%) e impedido a mulher de sair de casa (35%). Entretanto, 995 homens acreditam que, para esse tipo de violência, não é necessário denunciar ou chamar a polícia. Não acham correto que a mulher procure ajuda na delegacia da mulher ou na polícia por ser xingada (6%), ameaçada com palavras (39%), humilhada em público (31%) ou ter sua liberdade de ir e vir cerceada (35%).

No entanto, a violência sexual não foi mencionada. Tal fenômeno indica ser necessário disseminar e/ou potencializar estratégias nos cursos de Biblioteconomia

¹¹ A violência patrimonial foi incluída na categoria outras, em virtude do reduzido índice de manifestações.

para promover informações a respeito de tal modalidade de violência e coibir sua prática.

A violência sexual vitima mulheres no Brasil e no mundo e afeta sua saúde física e mental a curto e longo prazos. No tocante ao estupro, conforme o 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015), em 2014, foram registrados 47.643 casos no Brasil. O estudo revela que pelo menos uma em cada três mulheres no país sofre violência sexual ao menos uma vez durante sua vida. As mulheres com idade entre 15 e 44 anos apresentam maior risco de estupro e violência doméstica do que de câncer ou acidentes de carro.

Um fator agravante e perverso neste cenário da violência sexual incide na concepção legitimada, por parte da sociedade, de que tal violência, quando praticada pelo “parceiro”, não configura estupro. Esquemas dominantes de gênero legitimam a violência sexual praticada pelo “parceiro”, atribuindo aos homens o direito de mando e uso sobre o corpo da mulher (FAÚNDES et al, 2006).

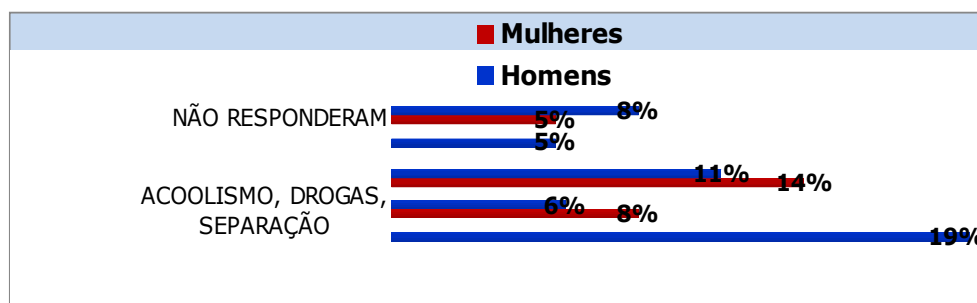
No tocante aos autores das violências contra as mulheres, os/as alunos/as, com preponderância das mulheres, apontaram o parceiro íntimo como o maior responsável. Conforme o Balanço do Ligue 180 em 2014, mais de 80% das mulheres que afirmaram estar em situação de violência foram vítimas de homens com quem estabeleceram relacionamento afetivo. Os dados do Ligue 180 apontaram que 48% das mulheres agredidas relataram que a violência ocorreu em sua própria residência, comprovando que a casa não se configura como lugar seguro para as mulheres¹². Tal contexto explicita que a real dimensão da violência contra as mulheres ainda não é conhecida, visto que a agressão perpetrada por parceiro íntimo, no ambiente doméstico, tende a não ser denunciada.

Em consonância, os/as alunos/as de Biblioteconomia apontaram a casa como o local com maior prevalência de violência contra mulheres em 81% das respostas.

Em relação aos motivos que levam os/as agressores/as a praticar a violência, os/as participantes mostraram reconhecer a assimetria nas relações entre homens e mulheres, ao apontar o machismo, o ciúme, a traição, a possessividade e a discriminação como eixos estruturantes, conforme explicitado no gráfico 5.

¹² Pesquisa disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/central-de-atendimento-a-mulher-ligue-180-registrou-485-mil-ligacoes-em-2014-spm-06032015/>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

Gráfico 5: Motivação da violência



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Um importante avanço legislativo, voltado para o enfrentamento da violência contra as mulheres, foi a aprovação da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, em 2006¹³. Tal lei constitui, segundo Campos (2015), o principal instrumento legal para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Dentre as suas principais prerrogativas, destacam-se a definição do que é e quais são as formas de violência; o estabelecimento das estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres, em rede, articulando as três esferas do poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a criação das medidas protetivas de urgência e extrapenais, de caráter preventivo, que visam intervir no contexto cultural para alterar as noções estereotipadas de gênero (BANDEIRA, 2014; CAMPOS, 2015).

Neste sentido, buscamos obter informações dos/as alunos/as sobre a Lei Maria da Penha, visto que ela se configura como uma das ações mais divulgadas na política de enfrentamento à violência nos últimos anos, em âmbito nacional, estadual e municipal. Os índices do gráfico 6 chamam a atenção ao revelarem o expressivo número de estudantes que afirmaram não possuir conhecimento a respeito desta lei.

Gráfico 6: Conhecimento sobre a Lei Maria da Penha



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

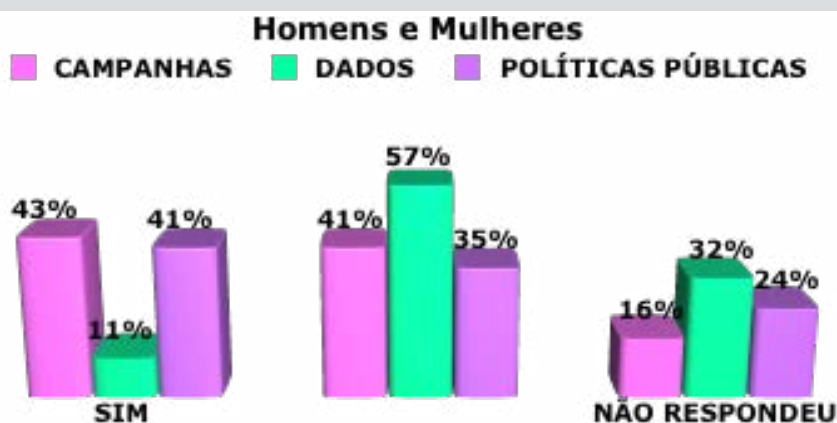
¹³ A Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, ganhou este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por 20 anos lutou para ver seu agressor preso. Em 1983, ela sofreu a primeira tentativa de assassinato do marido, quando levou um tiro nas costas enquanto dormia. Desta primeira tentativa, Maria da Penha tornou-se paraplégica. A segunda tentativa de homicídio aconteceu meses depois, quando o mesmo a empurrou da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no chuveiro. Para ver mais: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

A falta de informação se agrava no contexto da pesquisa, pois, quando solicitamos à parcela de alunos/as que assinalou conhecer a lei, que mencionasse três aspectos da mesma, mais da metade (24%) não soube responder. Tais informações corroboram a pesquisa quantitativa, realizada pelo Instituto Avon e pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (2011) em 70 municípios, nas cinco regiões brasileiras. Em uma amostra de 1,8 mil homens e mulheres, acima de 16 anos, o estudo constatou que 94% dos/as entrevistados/as conhecem a Lei Maria da Penha. Entretanto, o nível de consistência do seu conteúdo mostrou-se baixo: apenas 13% dos entrevistados conhecem seu conteúdo¹⁴.

Retomando o âmbito da amostra, cabe a indagação sobre a qualidade da informação que os/as alunos estão acessando e a forma como é dinamizada a apropriação desta informação.

Buscamos informação com os/as futuros/as bibliotecário/as concernentes a campanhas, dados e políticas públicas referentes ao enfrentamento à violência contra mulheres. Os resultados mostram que 57%, 41% e 35% do total dos/as alunos/as desconhece dados, campanhas e políticas públicas, respectivamente, atinentes à violência contra as mulheres, segundo o gráfico 7. Tal fato é preocupante, visto que a Paraíba ocupa a 2ª colocação e João Pessoa o 3º lugar no ranking nacional de homicídios de mulheres, conforme o mapa da violência (WAISELFIZ, 2015, p. 30).

Gráfico 7: Informação sobre campanhas, dados e políticas públicas referentes ao enfrentamento à violência contra mulheres



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Ainda no que tange ao conhecimento de aluno/as sobre os dados, políticas

¹⁴ A pesquisa Violência doméstica e familiar contra a mulher com 1102 mulheres, delineada pelo DataSenado (2015), registrou elevado percentual de conhecimento sobre a existência da lei: em 2011 eram 98%; em 2013, 99% e em 2015, praticamente 100% das entrevistadas declararam saber da Lei. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/pesquisa-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-datasenado-2015/>

públicas e campanhas de enfrentamento, com base nas respostas dos/as que afirmaram conhecer, destacam-se as seguintes categorizações:

- a) Campanhas: “Quem ama não bate”; “Ligue 180” e “Denuncie a violência contra mulher”¹⁵;
- b) Dados: Mapa da Violência;
- c) Políticas Públicas: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana e Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de João Pessoa, Centros de Referência da Mulher e Casas-abrigo.

O Estado da Paraíba conta com equipamentos importantes para o enfrentamento à violência contra as mulheres, a saber: 49 Órgãos Municipais de Políticas para as Mulheres (OPM)¹⁶, seis Centros de Referência da Mulher (Campina Grande (2), Cajazeiras (1), João Pessoa (1), Patos (1) e Santa Luzia (1)), uma Casa Abrigo Aryane Thais (João Pessoa), 13 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (João Pessoa (02), Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Campina Grande, Guarabira, Patos, Cajazeiras, Sousa, Monteiro, Picuí e Mamanguape) e dois núcleos nas Delegacias Seccionais de Queimadas e Esperança.

A pesquisa indica que os/as futuros/as bibliotecários/as não possuem conhecimentos consistentes sobre o complexo e multifacetado fenômeno da violência contra as mulheres. De outro lado, demonstram considerar a informação como um insumo fundamental para seu enfrentamento, conforme o gráfico 8. A significativa maioria (92%) afirmou que a informação contribui para a prevenção e o enfrentamento à violência.

Gráfico 8: Contribuição da informação no enfrentamento à violência contra mulheres

Homens e Mulheres



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Com relação à forma como a informação pode colaborar, destacamos os

¹⁵ As campanhas citadas foram criadas pelo governo federal.

¹⁶ Os OPM paraibanos possuem distintos nomes (secretaria, coordenadoria, diretoria e gerência de políticas para as mulheres) e estrutura diferenciada. Em 2011, apenas 16 municípios haviam criado OPM, atualmente são 49 distribuídos pela Paraíba, dentre os 223 municípios.

seguintes depoimentos: “Mostrando relatos de quem conseguiu enfrentar este grande problema” (aluna 1); “Pois através da informação há conscientização” (aluna 2); “A informação é um dos principais meios e o mais poderoso para que possa ser amenizado o grande número de violência contra as mulheres” (aluna 5); “Pessoas bem informadas têm o conhecimento das leis e suas punições, sentem-se mais seguras para denunciar seus agressores” (aluno 14); “Porque a informação é uma ferramenta que transforma as pessoas por abrir muitas possibilidades” (aluno 25); “Contribui para o acesso aos pontos de apoio” (aluno 27).

Com base nas respostas do total da amostra, identificamos quatro categorizações atinentes à contribuição da informação para coibir a violência:

- a) Subsidia a realização a disseminação de campanhas;
- b) Informa sobre a rede de atendimento específico às mulheres vítimas da violência;
- c) Incentiva a denúncia e orienta;
- d) Conscientiza mulheres sobre seus direitos;
- e) Fortalece as mulheres para sair da situação de violência.

Considerando a leitura como uma ferramenta fundamental para o empoderamento das mulheres, perguntamos aos/às futuros/as bibliotecários/as se concordavam com tal proposição, conforme nos mostra o gráfico 9.

Gráfico 9: A leitura pode ser uma ferramenta para o empoderamento das mulheres?

Homens e Mulheres



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Agrupamos as seguintes categorias referentes à forma como a leitura pode promover o empoderamento das mulheres, tendo como base as respostas de parcela dos/as alunos/as:

- a) Tornar a informação acessível às mulheres e produzir novos conhecimentos
- b) Facilitar o acesso e uso da informação referente a políticas públicas, legislação e direitos das mulheres.
- c) Estimular a conscientização sobre direitos
- d) Fortalecer a autoestima

Concordamos com Dantas e Garcia (2013) ao afirmarem que a leitura configura-se como pré-requisito para a conquista de direitos sociais, civis e políticos, uma vez que pode promover positivos impactos sociais, culturais e subjetivos na vida dos agentes sociais.

Cortes, Alves e Silva (2015), em pesquisa a respeito do/a profissional da informação e a violência contra as mulheres, enunciam que a apropriação da informação, por meio da leitura, é preponderante para dirimir desigualdades e promover a autonomia e o exercício da cidadania feminina. Os/as autores/as corroboram tal proposição citando o estudo realizado por Harris et al. (2001) que buscou conhecer os canais formais e informais acessados por mulheres vítimas de violência, perpetrada pelos parceiros, nos Estados Unidos. Um dos focos da investigação de Harris et al. (2001) incidiu no fato de que as entrevistadas assinalaram a leitura como um importante instrumento para superar as agressões sofridas e no empoderamento para romper a situação de violência. As autoras apresentam a fala de uma das interlocutoras da pesquisa:

Um dos trabalhadores [em abrigo de mulheres] me deu uma cópia do livro *Coragem* [...] Depois que eu li, eu decidi deixar a relação de forma permanente. Eu estava habilitada pela leitura deste livro e percebi que eu não queria o ciclo de violência [...] (HARRIS et al 2001, p. 11).

Pressupomos que o contato dos/as alunos/as, no decorrer do curso de graduação, com leituras vinculadas a relações de gênero e à violência contra mulheres promoverá a mudança de mentalidades, apresentando perspectivas não essencialistas em relação às diferenças. Entretanto, constatamos que os conteúdos necessitam ser abordados de forma consistente e sistemática, visto que entre os/as pesquisados/as: 59% afirmaram não ter tido contato com conteúdo vinculados às relações de gênero, 49% não acessaram o tema da violência contra as mulheres e 43% não discutiram a presença de mulheres na Biblioteconomia¹⁷.

Na mesma direção, 92% dos/as pesquisados/as responderam nunca ter visto, em bibliotecas, campanhas, exposições e panfletos que evidenciassem a violência contra mulheres e 76% não conhecem e nem leram a respeito da atuação de bibliotecários/as em órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência. No tocante aos/às demais alunos/as, 24% mencionaram ter colegas de classe que realizaram trabalho nos Centros de Referência da Mulher e na Secretaria de Política Pública para Mulheres, como estagiários/as, e outros afirmaram ter colegas que fizeram parte de projetos de pesquisa nessa área.

Conforme aponta Ferreira (2003), a baixa abordagem da temática relações de gênero e violência contra as mulheres na Ciência da Informação, como também na Biblioteconomia, pode ser revertida com a revisão dos conteúdos curriculares.

¹⁷ O percentual de alunos/as que afirmaram ter contato com esses conteúdos foi por meio de seminários, palestras, projetos de pesquisa como "Informação e Violência contra as Mulheres", desenvolvidos no âmbito do curso.

A busca de uma prática social que adote um caráter transformador da realidade também pode ser desenvolvida a partir da reflexão e do resgate da histórica contribuição das mulheres na Biblioteconomia. Finalmente, considera-se que o aumento das discussões possibilitem que o/a profissional da informação potencialize a produção de conhecimento na perspectiva social, voltada para o empoderamento das mulheres.

6 Considerações Finais

A violência contra as mulheres configura-se como uma questão complexa e multifacetada, que vem sendo abordada em diversas áreas do conhecimento sob distintas perspectivas. Trata-se de tema atual que expressa uma das facetas mais perversas das relações de poder entre homens e mulheres nas sociedades.

Considerando que o fenômeno informacional permeia e constitui os saberes e fazeres de profissionais da informação, e que o/a bibliotecário/a configura-se como um mediador de relações sociais, entendemos que também cabe a ele/a produzir e fazer circular novos sentidos e práticas sobre os fenômenos sociais.

Desta forma, a interlocução de bibliotecários/as com o tema da violência contra as mulheres torna-se fundamental na subversão de preconceitos e discriminações. Gerenciar, organizar, tratar, disseminar e compartilhar conteúdos informacionais referentes à construção social das relações de poder pode configurar-se como fator determinante para o rompimento com uma situação de violência. Tal assertiva foi enunciada pelos/as participantes da pesquisa ao reafirmarem a importância do acesso à informação para coibir a violência. Quanto mais acesso à informação, melhores são as potencialidades dos indivíduos subverterem visões hegemônicas e binárias, redutoras das potencialidades de mulheres e homens.

Nas organizações informacionais em que atuam, os/as bibliotecários/as podem contribuir potencializando estratégias para a democratização das relações de gênero e a efetivação dos direitos humanos das mulheres, tanto por meio de ações educativas, como pela disponibilização de acervos, exposições, uso das tecnologias de comunicação, entre outras. Ressalta-se que tal questão fortalece as reflexões a respeito da inserção de bibliotecários/as em unidades informacionais não tradicionais, a exemplo de Centros de Referência da Mulher, Delegacias Especializadas, Organizações Não Governamentais, para disseminar informações com o objetivo de facilitar o acesso e o uso por parte das usuárias reais e potenciais. A informação e o conhecimento são fundamentais para que os agentes sociais atuem perante as transformações que impactam a sociedade contemporânea como globalização, novas tecnologias de comunicação e informação, subversão de códigos de gênero lineares e hierárquicos, fluidez das identidades sexuais e de gênero, entre

outros deslocamentos nas relações sociais.

Neste sentido, é imprescindível que bibliotecários/as se apropriem de competências informacionais para atuar no cenário dessas mutações. Tal fato remete à reflexão sobre a importância dos cursos de formação incluírem subsídios teóricos nas práticas pedagógicas e nos currículos dos cursos de Biblioteconomia, embasados no exercício da cidadania e no respeito às diversidades de gênero, étnico-racial, de classe, orientação sexual, entre outras. Nesta seara, resgatar, integrar e visibilizar a significativa contribuição das mulheres na construção da Biblioteconomia e na produção de conhecimentos, configura-se como ação fundamental para criar novos significados no campo informacional e reconhecer a história das mulheres na produção científica.

A responsabilidade pela construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para as mulheres não pode ser assumida unicamente pelos órgãos de execução de políticas para as mulheres, mas sim compartilhada pelo conjunto da sociedade, com o envolvimento da universidade e de diversas áreas do conhecimento.

Portanto, espera-se que este artigo possa contribuir para problematizar questões referentes à ressignificação das desigualdades de gênero e fomentar pesquisas, visando o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Por fim, agradecemos os/as futuros/as bibliotecários/as pela participação na pesquisa e pelo comprometimento com a produção de conhecimento e ação pautadas na equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

10 ANOS da adoção da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher: Convenção de Belém do Pará. Brasília: AGENDE, 2004. Disponível em: <<http://www.agende.org.br/revistaConvenBelémdoPará.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da ciência da informação. In: _____. TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). Para entender a ciência da informação. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 13-34.

BEZERRA, Kamylla da Silva; GOMES, Bárbara Leônia Farias Batista. A violência doméstica contra a mulher e suas formas no município de Campina Grande – PB. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17. 2012, João Pessoa. Anais... João Pessoa: REDOR, 2012.

BRUFEN, L. S.; NASCIMENTO, B. S. A questão de gênero na literatura em ciência da informação. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-214, dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285>> Acesso

em: 20 set. 2012.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos... Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória; MORAIS, Adenilda Bertoldo Alves de. Pensar o currículo da educação superior da perspectiva da equidade e transversalidade de gênero e do empoderamento das mulheres: uma breve introdução. Espaço do currículo, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 317-327, maio/ago. 2013.

CÔRTEZ, G. R.; LUCIANO, M. C. F.; DIAS, K. C. O. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. Biblionline, João Pessoa, v.8, p.134-151, 2012. Edição especial.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas. Ano 10, 1º semestre, 2002.

CRIPPA, G. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, 2011.

CUNHA, Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 15, 2003.

DUMONT, L. M. M.; SANTO, P. E. A busca de informação pela mulher em jornais impressos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 8., 2007, Salvador. Anais Eletrônicos... Salvador: Programa de Pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

FERREIRA, M. M. A/o profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. In: CASTRO, César Augusto (Org). Ciência da Informação: múltiplos discursos. São Luís: EDUFMA; EDUFAMA, 2002. p. 161-181

FERREIRA, M. M. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. Transinformação, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003.

FERREIRA, M.; BORGES, E. P.; BORGES, L. C. Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da(o) bibliotecária(o). Biblionline, João Pessoa, n. especial, p. 159-167, 2010.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G.; DANTAS, E. R. F. Conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. Informação & Informação, Londrina, v. 17, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. Educação e

Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine de Oliveira. A responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 109-124, jan./jun. 2012.

MOREIRA, Regina Núbia. *A organização das feministas negras no Brasil*. Bahia: Edições UESB, 2011.

MULHERES são maioria da população e ocupam mais espaço no mercado de trabalho. Portal Brasil, 06 maio 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

NASCIMENTO, Maria de Jesus. Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. 2003.

OLINTO, Gilda. Biblioteconomia e profissões femininas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997, São Luís. *Anais...* São Luís, 1997.

OLINTO, Gilda. Equilíbrio de gênero em ciência y tecnologia y el sector público en Brasil. In: VI Congresso Ibero americano de Ciência e Tecnologia y Gênero, 2006. *Anais...* Zaragoza: 2006 meadas os conflitos sobrevividos das relações sociais e de gênero.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, Brasília, v. 5, n. 1, 2011.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde: Em casos de violência contra a mulher, a agressão mais comum é do parceiro íntimo. *Última Instância*, 21 jun. 2013.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública. *Encontros Bibli*, Santa Catarina, v. 18, n. 36, p. 157-180, 2013.

RASCHE, Francisca. Papéis de gênero e sua influência na formação acadêmica das mulheres estudantes de Biblioteconomia em Santa Catarina. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 77-95, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J. V. T. (Org.) *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 142 - 163.

SCAVONE, L. Feminismo contemporâneo y democracia en Brasil. In: FAURÉ, C. Enciclopedia Histórica y Política de las Mujeres. Europa y América. Madrid: AKAL, 2010. p. 733-753.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2015.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da Pesquisa e elaboração de Dissertação. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, T. E. da. (Org.). Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação. Recife: Néctar, 2008.

TELES, M. A. A; MELO, M. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VIANNA, Lucila Amaral Carneiro; BOMFIM, Graziela Fernanda Teodoro; CHICONE, Gisele. Auto-estima de mulheres que sofreram violência. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 14, n. 5, set./ out. 2006.

WASELFIZ, J. J. Mapa da violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.